Simon's Site

Site e blog de Simon Schwartzman

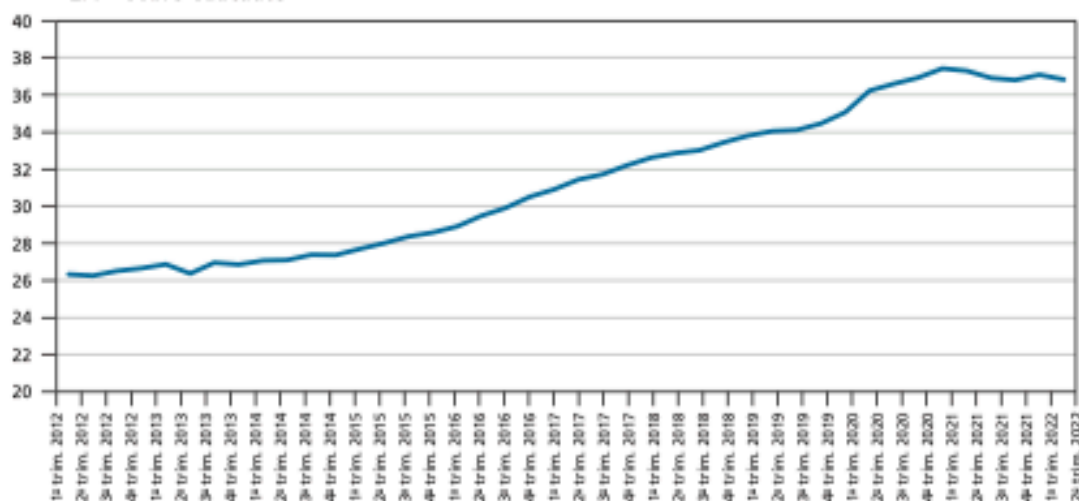
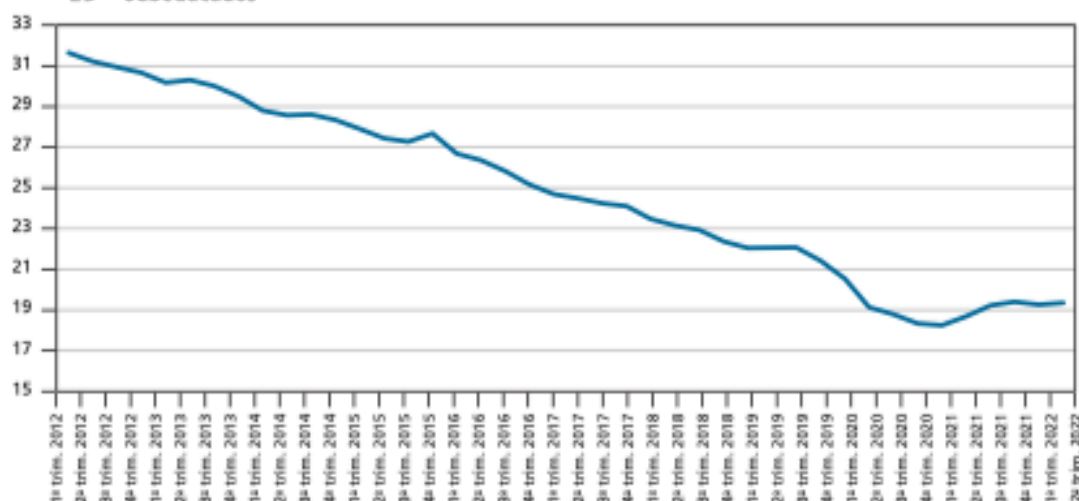
Inflação de Diplomas

(Publicado em *O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 2024)

Se há uma quase unanimidade no Brasil é que o país precisa de mais educação, e isto tem justificado um investimento cada vez maior no setor. Entre 2012 e 2023, a proporção de pessoas entre 18 e 40 anos com ensino médio completo ou mais passou de 53% para 71%, e com educação superior, de 11 para 19%. A estimativa é que, em 2018, o dado mais recente que consegui, o país tenha gasto 6.6% do PIB com os alunos da rede pública, dos quais 1.4% no ensino superior. E isto sem contar os gastos com aposentadorias e pensões de professores, bolsas de estudo, além do crédito educativo e Prouni, que beneficiam o ensino privado. É muito ou pouco? Afinal, ainda temos muita gente que não completou o ensino médio, e a educação superior deveria ser para todos. Vamos investir mais? Que tal gastar 10% do PIB, como aprovado, mas nunca cumprido, pelo Plano Nacional de Educação de 2014? Tirando de onde?

Antes de fazer isto, seria interessante refletir sobre um trabalho recente de pesquisadores do IPEA sobre a relação entre a educação e o mercado de trabalho no Brasil[1]. O que eles fizeram foi, com base na Classificação Brasileira de Ocupações, verificar qual o nível educacional requerido para cada uma delas – fundamental, média, superior – e depois, com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, verificar a proporção de pessoas que estão trabalhando em atividades abaixo, equivalente ou superior à sua formação, entre 2012 e 2022.

Os resultados são impressionantes. Nestes dez anos, a proporção de pessoas sobre-educadas, ou seja, com mais educação do que o requerido pelas ocupações que desempenham, passou de 26% para 37% do total, enquanto a de sub-educados, ou seja, pessoas trabalhando em atividades que requerem mais educação do que as que têm, caiu de 32 para 20%. É um caso claro de inflação educacional, em que se emitem

cada vez mais títulos que o mercado de trabalho não tem como absorver. A maior parte dos sobre-ocupados são de nível médio, cerca 50%, mas a proporção entre os de nível superior também é alta, pouco mais de 30%. Os dados mostram ainda que a grande maioria das ocupações existentes não requer muita educação. Este quadro praticamente não se alterou nos últimos dez anos, exceto na indústria de transformação de alta tecnologia, em que há uma polarização, com mais trabalhadores de formação superior e de educação fundamental, e menos de educação média. Mas é um setor pequeno, com menos de 5% dos empregos.

Os autores não especulam muito sobre as razões deste quadro, exceto para dizer que ele deve ter sido afetado pelas crises no mercado de trabalho que vêm ocorrendo no Brasil desde 2015. Mas uma lição que podemos tirar é que não basta dar mais

educação para que as pessoas se tornem mais produtivas. Outra possível conclusão seria que se trata de um problema dos conteúdos da educação. Para obter um emprego compatível, não basta ter um diploma de nível médio ou superior, é necessário que este diploma esteja associado às competências que o mercado de trabalho requer. Mas, mesmo que esta associação exista, o mercado de trabalho tem uma lógica que depende de muitos fatores, dentre os quais a disponibilidade de recursos humanos qualificados é somente um – uma condição necessária, mas não suficiente.

A conclusão mais geral é que não faz sentido continuar aumentando os investimentos em educação de forma indiscriminada, isto só produz inflação de diplomas. Além da grande frustração dos que não conseguem trabalhos condizentes com sua formação, existem os milhões que gastam tempo e dinheiro aprendendo coisas que nunca usam e logo esquecem, os que abandonam seus cursos antes de terminar, e os que desistem e saem cedo do mercado de trabalho, sobretudo mulheres.

Claro que a educação tem outros objetivos além de preparar as pessoas para o trabalho – formar pessoas mais cultas, mais solidárias, melhores cidadãos, com capacidade de aprender e lidar com uma sociedade em constante transformação. Mas, se as pessoas que se formam, sobretudo em nível superior, não conseguem trabalho compatível com seu nível de formação, e isso vem aumentando, algo está errado.

Existe uma prioridade clara, que requer investimentos, que é a educação fundamental de qualidade, até os 15 anos de idade. É neste nível também que a questão das desigualdades deve ser enfrentada – não há política de ação afirmativa nem incentivo financeiro que consiga compensar as desigualdades de formação inicial. A partir daí, é necessário abrir espaço para caminhos alternativos, inovações e flexibilidade. A reforma do ensino médio, felizmente salva pelo Congresso em suas ideias centrais, pode contribuir para isto, se bem conduzida. E, no ensino superior e pós-graduação, é importante ser seletivo no uso de recursos públicos, deixando de subsidiar sem maiores critérios as ilusões do diploma salvador, como se ele pudesse compensar pelas disfunções econômicas e institucionais que mantêm o país no atraso, e os jovens sem poder fazer uso de seu potencial.

———————

[1]Carvalho, Sandro Sacchet, e Maurício Cortez Reis. “Evolução da sobre-educação no mercado de trabalho no Brasil entre 2012 e 2022: primeiros resultados.” *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. (IPEA), 2023.*

Author: Simon Schwartzman

Simon Schwartzman é sociólogo, falso mineiro e brasileiro. Vive no Rio de Janeiro

View all posts by Simon Schwartzman

 Simon Schwartzman / abril 12, 2024 / Educação média, Educação Superior /

6 thoughts on “Inflação de Diplomas”

 Rafael

abril 21, 2024 às 3:21 pm

Ótimo texto! Me faz refletir um pouco sobre a minha própria condição de jovem recém saído de um combo de graduação, mestrado e doutorado na área da saúde. Ao longo dos últimos 11 anos aprendi metodologia de pesquisa, algumas técnicas na área de genética e imunologia, escrita acadêmica e idiomas, dentre outras competências. Como bem colocado, a grande proporção dos empregos não requer a qualificação ou as habilidades que possuo. Mesmo na área de saúde, necessita-se de um perfil mais técnico, de produção em massa. Apesar disso e de me sentir mesmo um pouco frustrado por não conseguir colocação imediatamente após minha formação, não sinto que esses anos foram desperdiçados pura e simplesmente. Na verdade, sinto que possuo uma certa flexibilidade cognitiva e até um repertório que me permitem acessar novas habilidades mais facilmente se necessário. E esse é um ponto em que a educação faz diferença, na minha opinião. Enquanto aprender uma profissão para satisfazer as necessidades mercadológicas e de subsistência é certamente importante, aumentar a capacidade cognitiva deveria ser um objetivo até mais relevante. Como bem exposto, as transformações são constantes. Um exemplo

são as tecnologias de inteligência artificial, que há apenas 15 anos eram incipientes e que possuíam um mercado que era apenas potencial. Mesmo a educação profissional não conseguiria dar conta de formar pessoas exatamente como o mercado queria. Prova disso é o bom número de pessoas sem qualificação específica que acabaram enveredando por esta área. Educação de qualidade em todos os níveis é um ponto importante para prover à comunidade indivíduos com um bom grau de adaptatibilidade.

 Marcos Roberto Rosa

abril 14, 2024 às 9:41 pm

Leitura instigante, adoro o tema! Tanto que trouxe alguns pontos para melhor compreender o propósito dessa publicação, vamos lá (se me permite):

Considerando a alta proporção de pessoas com formação superior trabalhando em funções que não exigem tal qualificação, como o Sr. vê o papel das competências específicas versus o diploma? Existe espaço para um sistema mais flexível que valorize as habilidades práticas ao invés de apenas a certificação formal?

O Sr. mencionou que muitos dos empregos disponíveis no Brasil não requerem educação avançada. Como deveríamos então realinhar os currículos educacionais para melhor atender às necessidades do mercado de trabalho? Que tipo de parcerias poderia ser estabelecida entre instituições educacionais e setores industriais para facilitar esse alinhamento?

Enfim, são temas que me instigam há algum tempo.
Grande abraço!!!

 Simon Schwartzman

abril 15, 2024 às 6:41 am

Marcos, estes dois caminhos que você sugere tem sido muito adotados fora do Brasil. A cooperaçao do setor produtivo com o sistema escolar é o cerne do sistema de aprendizado desenvolvido ha décadas na Alemanha e adotado em muitas partes. Mais recentemente, há um forte movimento no sentido de proporcionar

"microcréditos" especializados em combinaçao ou no lugar dos diplomas genéricos tradicionais.

 Eduardo da Veiga Beltrame

abril 12, 2024 às 11:40 pm

Simon, muito obrigado pela reflexão. Você aponta que o objetivo da educação não é só para preparar a pessoa para o mercado de trabalho, mas também "formar pessoas mais cultas, mais solidárias, melhores cidadãos, com capacidade de aprender e lidar com uma sociedade em constante transformação."

Dada a aceleração das transformações pelas quais a sociedade e mundo passam nos últimos 150 anos, mas sobretudo nas últimas décadas (principalmente mudanças culturais, tecnológicas, ambientais, e os modos de vida decorrentes da nossa avassaladora urbanização), eu penso que estes outros aspectos da educação que transcendem a questão do mercado de trabalho são na verdade os mais importantes. Afinal, a única garantia que me parece que temos é que teremos mais mudanças. E queremos gente que consiga lidar com um mundo em constante mudança para criar uma sociedade que todos nós queremos. Os dois ângulos estão em tensão: um foco extremo no mercado de trabalho pode levar a uma sociedade atomizada/individualista que não guia a si mesma, apenas vai no "piloto automático" e otimizando o individual, geral uma distopia coletiva. Penso que uma educação que olha para além do mercado de trabalho é a única maneira sistemática que temos de evitar tal tragédia.

Eu gostaria de perguntar se tem algum texto seu, ou alguma referência que você gosta, que discute a educação contrastando esses dois ângulos: o do mercado de trabalho, e daquilo que, digamos, "transcende o mercado".

 Antonio Augusto Prates

abril 12, 2024 às 11:22 am

Simon, só uma observação, acho que o elemento básico q está sob este quadro educacional é a busca do prestígio que o diploma de nivel superior estabelece em nossa sociedade. Mto provavelmente nossas políticas públicas de expansão do

ensino superior estão conectadas às demandas sociais de busca de prestígio. As pessoas estão dispostas a pagar pelas deficiências de formação profissional em troca do acesso à graus superiores na escala de prestígio social. Nesse caso é o mercado de bens simbólicos que afeta sobremaneira as decisões políticas sobre a expansão do ensino superior.

Simon Schwartzman

abril 12, 2024 às 11:39 am

Sim, certamente. Mas a expectativa é que o prestígio traga outros benefícios, e não se sustenta sozinho, me parece, quando estes outros benefícios, começando por um trabalho apropriado, não se materializa.

Simon's Site

Site e blog de Simon Schwartzman

A inflação de diplomas – 2

Meu artigo recente sobre o crescente descompasso entre a educação superior e o mercado de trabalho no Brasil provocou alguns comentários sobre aspectos importantes do problema que eu não teria como tratar nos limites de espaço de um artigo de jornal. Antônio Augusto Prates, meu colega sociólogo da UFMG, escreve que é o prestígio do diploma, mais do que a busca de qualificação profissional, que tem motivado tanto a procura por educação superior quanto as políticas públicas para o setor. Segundo ele, "as pessoas estão dispostas a pagar pelas deficiências de formação profissional em troca do acesso à graus superiores na escala de prestígio social. Nesse caso é o mercado de bens simbólicos que afeta sobremaneira as decisões políticas sobre a expansão do ensino superior". Eduardo Oliveira Beltrame, cientista catarinense que hoje trabalha no Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), menciona a referência que faço aos aspectos mais gerais da educação, como formação cultural, valores e capacidade de aprender, e diz que, 'dada a aceleração das transformações pelas quais a sociedade e mundo passam nos últimos 150 anos, mas sobretudo nas últimas décadas (principalmente mudanças culturais, tecnológicas, ambientais, e os modos de vida decorrentes da nossa avassaladora urbanização), eu penso que estes outros aspectos da educação que transcendem a questão do mercado de trabalho são na verdade os mais importantes". E o sociólogo José Pastore, especialista em mercado de trabalho, em comentário enviado ao jornal *O Estado de São Paulo*, chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a grande maioria das ocupações não requer muita educação. "São ocupações simples, rudimentares, de baixos salários e muita rotatividade: balconistas, ajudantes, garçons, domésticas..." A educação poderia ajudar mais se os empregos fossem de melhor qualidade, diz ele, mas "isso não mudará de repente porque é reflexo de nossa histórica estrutura de produção".

Beltrame também pergunta por referências que tratam do tema da educação em sentido mais amplo, que vai além do mercado de trabalho. É importante, aqui,

distinguir a educação básica, cujo objetivo é formação geral, da educação superior, em que o tema do mercado de trabalho é mais central, embora não seja o único. Participei alguns anos atrás de um grupo de trabalho de um projeto denominado "International Panel for Social Progress" que preparou um documento que apontava para quatro grandes funções da educação, a formação geral e humanística, a formação para a cidadania, a preparação para o mercado de trabalho e a busca de equidade. Existe uma tradução do texto para o português, e é uma tentativa de dar um panorama bem abrangente do tema, nos diferentes níveis e contextos (Spiel and Schwartzman 2018a; Spiel and Schwartzman 2018b). Sobre a educação superior e sua relação com o mercado de trabalho, recomendaria a visão comparativa proporcionada por Ulrich Teichler, o decano das pesquisas sobre educação superior, em artigo de 2018, entre outros ((Teichler 2018).

O texto de Teichler é importante pela visão comparativa que trás. É muito diferente falar de educação superior em países em que metade ou mais dos jovens chegam a este nível e em outros em que só uns poucos têm este privilégio; e é muito diferente falar em sistemas em que a educação superior está orientada para a formação geral, como nos "colleges" ingleses, e outros em que ela está estruturada para proporcionar diplomas profissionais, como na tradição francesa que o Brasil herdou. Em todos eles existe sempre a dimensão simbólica e de prestígio de que fala Prates, mas existe também a expectativa de que o "status" proporcionado pela educação superior traga outros benefícios, como empregos rentáveis e reconhecimento social.

O modelo de Bologna, adotado hoje pela maioria dos países da Europa Ocidental, consiste em levar a educação geral até os três primeiros anos da educação superior, e só a partir daí abrir o leque para a especialização profissional, através de mestrados e cursos mais avançados. O sistema de "colleges", de educação geral, que o modelo de Bologna adota, tem como origem a experiência extremamente elitista das universidades inglesas e americanas de grande prestígio, como Oxford, Cambridge, Havard e Yale, adotado também pelos chamados "liberal arts colleges" como Amherst, Swarthmore e Wellesley nos Estados Unidos, e outros na Inglaterra como London, Birmingham etc. São cursos para poucos, muito seletivos, e seus alunos têm acesso praticamente garantido a carreiras de alto prestígio e reconhecimento. Mas não é nada claro que este modelo possa ser universalizado, como pretende o processo de Bologna. Na Europa, ao lado das carreiras universitárias tradicionais, os países possuem também amplos sistemas de formação profissional, ou vocacional, que já começa no nível médio, e do qual participa a metade ou mais dos jovens. Nos

Estados Unidos, boa parte dos jovens vai para os community colleges de dois anos, e não completam os quatro anos de formação geral. Os dados mais recentes, para a população americana entre 25 e 34 anos, mostram que 91% completam o ensino médio, mas só 38% completam o college de 4 anos, que é considerado como um título pré-universitário ("undergraduate")[1]. Existam algumas tentativas de desenvolver cursos superiores de formação geral no Brasil, os chamados "bacharelados interdisciplinares", mas são experiências limitadas e que ainda precisam ser melhor avaliadas.

Finalmente, o comentário de Pastore aponta para o fato, mencionado brevemente em meu artigo, de que a educação, sozinha, é incapaz de criar um mercado de trabalho de alta qualidade e produtividade, como supunha a teoria do "capital humano" desenvolvida pelos economistas da educação. Em muitos países, pessoas altamente qualificadas por universidades locais acabam imigrando para países em que o mercado de trabalho é mais atrativo, da mesma maneira que o capital gerado localmente acaba sendo investido no exterior. A educação é importante, mas não é capaz de, sozinha, compensar pelas políticas econômicas, financeiras e institucionais inadequadas.

Tudo isto leva a questões importantes de como e quanto o país deve investir nos diferentes tipos e níveis educacionais. Deveria ser claro que prioridade deveria ser o investimento na educação básica de qualidade, mas a pressão por investimentos em educação média e superior é sempre grande, e recentemente o governo anunciou a intenção de criar mais cem institutos federais de tecnologia, que, ao contrário do que se imagina, não formam pessoas com preparação adequada para o mercado de trabalho, e sim licenciados e bacharéis destinados em grande parte ao subemprego, como ocorre com grande parte dos formados no ensino superior tradicional.

Referências

Spiel, Christiane, and Simon Schwartzman. 2018a. "A contribuição da educação para o progresso social." *Ciência & Trópico* 42(1):22–88.

—. 2018b. "The contribution of education to social progress." Pp. 751-76 in *Rethinking Society for the 21st Century*, edited by International Panel for Social Progress: Cambridge University Press.